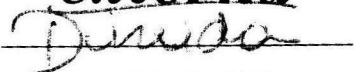


Estilo novo na negociação externa



J. CARLOS DE ASSIS

Por enquanto é uma mudança de estilo, mas pelo menos neste campo está havendo uma alteração positiva no encaminhamento da renegociação da dívida com os credores externos. O Governo não cedeu à pressão dos banqueiros de iniciar negociações simultâneas com o Fundo e com os bancos, e recusou-se a fazer o pagamento simbólico de parte dos juros em atraso — a fórmula-padrão de fazer concessões sem contrapartida, a pretexto de evitar a reclassificação dos créditos ao Brasil pelos bancos norte-americanos.

Além disso, estamos sendo poupados da atitude de vassalagem que costumava cercar as recepções oficiais aos representantes avançados da comunidade financeira. O Sr. John Reed, coordenador do comitê dos bancos credores, veio fazer a *tournee* habitual para difundir suas idéias sobre a melhor forma como o Brasil deve pagar a dívida e encontrou quem reproduzisse, sem questionar, suas contas hiperbólicas sobre o custo da moratória — como se a moratória fosse uma opção voluntária. Foi só isso, porém.

Essencialmente, o Governo mantém a posição oficial de só reabrir a negociação com os bancos privados depois de avançar no acordo com o Fundo. Não se trata de uma questão adjetiva, já que a negociação com o Fundo parte de um pressuposto que condicionará, quantitativamente, o eventual acordo com os banqueiros privados. Este pressuposto é o equilíbrio das contas fiscais, requerido pelo

programa de estabilização, e no qual terá de ser considerada a despesa prevista com o pagamento do serviço da dívida externa do Governo Central, ou por ele avalizada ou assumida.

Tendo assumido o compromisso de tratar a questão da dívida externa pela ótica fiscal, e não pela ótica da geração de saldos em dólar, o Governo dá ao acordo com o FMI um conteúdo que as anteriores cartas de intenção não tinham. De alguma forma, o limite de concessões na renegociação da dívida com os banqueiros privados estará determinado pelo programa orçamentário das administrações públicas, a ser aprovado. Antes, esta aprovação pelo Fundo era uma condição prévia de abertura de negociações com os credores privados, imposta por eles mesmos. Se agora querem negociações simultâneas, é que perceberam as implicações dessa nova atitude.

É claro que ninguém pode garantir que o FMI vá sobrepor os interesses brasileiros aos dos bancos credores. Será uma negociação dura, mesmo porque seu comportamento tradicional tem sido o de exigir ajustes internos compatíveis com o pagamento do serviço da dívida externa, mas não necessariamente compatíveis com a estabilização econômica. É o que a própria experiência brasileira dos últimos anos demonstra. O que o Governo está propondo será, pois, um teste de avaliação também da atitude da agência internacional em relação a essa abordagem nova, que implica dar prioridade absoluta à estabilização interna, tratando o compromisso com o serviço da dívida externa como variável de ajuste. Se conseguir a concordância do Fundo com essa estratégia, o acordo posterior com os bancos será uma questão de enquadramento a uma moldura já definida. Ainda será um aval — mas um aval em favor da posição brasileira, e não do interesse estrito de curto prazo dos bancos.